

LEANDRO TOCANTINS

AMAZÔNIA:
FUNDAMENTOS
DE PAISAGEM,
VIDA E HISTÓRIA

1585
Comp.

SPVEA
Coleção ARAUJO LIMA

SEC-39592
- 1.723-

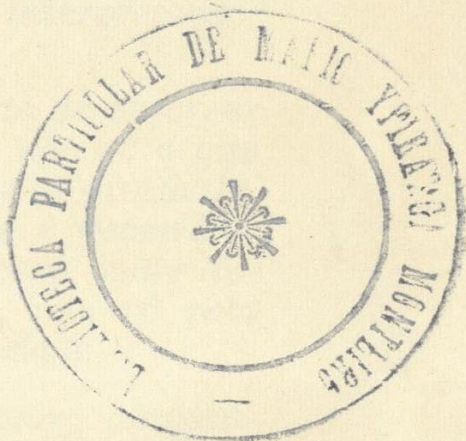
Seção de Documentação e Relações Públicas
Av. Franklin Roosevelt, 39 - 8.º andar
Rio de Janeiro — GB
1 9 6 5

LEANDRO TOCANTINS

AMAZÔNIA: FUNDAMENTOS DE PAISAGEM, VIDA E HISTÓRIA

PALESTRA PRONUNCIADA EM
SERRA DO NAVIO, TERRITÓ-
RIO DO AMAPÁ, EM JANEIRO
DE 1964.

1585



SPVEA

COLEÇÃO ARAUJO LIMA

Anum
2013

APRESENTAÇÃO

Em “AMAZÔNIA: FUNDAMENTOS DE PAISAGEM, VIDA E HISTÓRIA”, o escritor e sociólogo Leandro Tocantins, pinta, de maneira impressionista, um mural da região amazônica.

O autor de “Formação Histórica do Acre”, “O Rio Comanda a Vida”, “Acre, Rio Branco e Espírito Luso”, “Santa Maria de Belém do Grão Pará”, e de tantos outros trabalhos de história ou sociologia, de arte ou de interpretação, nos brinda, agora, com um painel felliniano da Amazônia.

Felliniano no sentido da elegância cuidada com que apresenta um tema. No sentido da facilidade de exprimir um estado de espírito voltado à pesquisa social, fundamentado na história, e apresentado insòlitamente. Felliniano, também, nos ângulos usados para fotografar os grandes planos e de entremeá-los com “close-ups” das situações mais importantes, alinhavando as coisas e as gentes, sem esquecer o “background”, sem esfumaçá-lo, conservando um “leitmotiv”, da primeira a última cena. O fio da idéia, da interpretação, da sugestão.

Também felliniano, naquela capacidade de observar e tudo anotar, não só os fatos essenciais, não só o que salta aos olhos, mas o que se sente e o que se pressente, o que parece menos importante, mas que é necessário para completar o painel, torná-lo mais denso, mais autêntico, mais fácil de ser compreendido, não só pela inteligência, mas, também, pela sensibilidade.

Um dos méritos da conferência que agora apresentamos, e que foi pronunciada em Serra do Navio, no Território Federal do Amapá, em janeiro dêste ano, é,

exatamente, o de comunicar aos brasileiros interessados na Amazônia, uma seqüência de "grandes planos", de muitos "primeiros planos", em que poucas vezes o "closeup" aparece, e isto, quando acontece, é porque se torna estritamente necessário.

Em primeiro lugar, a apresentação dos cenários, do local, da paisagem. O estudo, a vôo de pássaro, das diferentes Amazôniaas. Direções que vão dos campos do Amapá e do Rio Branco às terras cobertas pela floresta equatorial, ou ao litoral paraense. Roger Bastide, quando fala dos vários Brasis, nos apresenta uma Amazônia una. Leandro Tocantins nos desenha os recortes das várias regiões dentro do todo.

Em seguida, nos esclarece sobre as novas fronteiras da Amazônia, fronteiras políticas, criadas por uma legislação que visa à valorização desses dois terços do território nacional, para num "flashback", de "grandes cenas" montadas em ritmo vigoroso, esboçar o essencial de sua formação histórica e social.

Vemos, nesta conferência, também a comprovação da vocação lusotropicologista do escritor paraense. Vocação anunciada por Gilberto Freyre, em conferência que pronunciou na Universidade de Recife, sobre uma possível lusotropicologia na Amazônia.

E é claro, no grande painel, não poderia faltar o "primeiro plano" do momento de euforia econômica, momento gerador de uma vida nova, lamentavelmente bandeirante e aleatório, mas, assim mesmo, o grande momento da região, que foram os dias do ouro negro.

Como nos grandes filmes de Fellini, Leandro Tocantins, depois de apresentar os cenários, os dramas, as alegrias, os erros e os desenganos da Amazônia, nos dá uma mensagem de esperança. Palavras de confiança nos destinos de uma região apenas ocupada, ainda não colonizada, campo de experiências de uma economia, baseada no estrativismo e que agora apenas começa a diversificar-se e a industrializar-se.

A Agência da SPVEA, no Estado da Guanabara, pelo seu serviço de divulgação, desejou multiplicar o pequeno auditório do Serra do Navio. E não é outra nossa intenção, ao editarmos, agora, esta personalíssima interpretação da paisagem, da história e da vida da Amazônia Brasileira.

Rio de Janeiro, novembro de 1964.

LUIZ DE MIRANDA CORRÊA

Com muita honra e gôsto dirijo-me a êste auditório de homens e mulheres que se empenham no trabalho pioneiro de humanizar o Amapá, de anima-lo com um sentido regional e ao mesmo tempo universal de vida.

Sois os continuadores, os agentes modernos do dinamismo que sempre caracterizou a presença humana neste território. Sois os herdeiros da experiência portuguesa e luso-brasileira que de maneira singular aqui se desenvolveu, dando ensêjo à formação de uma consciência telúrica, política, sentimental, responsável pela manutenção da integridade física da Capitania do Cabo do Norte, que veio a ser o Território do Amapá.

Êsse esforço do homem colonial, prosseguido pelo homem brasileiro em constâncias de presença útil, de vigília cívica, ofereceu os melhores títulos para a causa do Amapá brasileiro, defendida, vitoriosamente, pelo Barão do Rio Branco, na Côrte Arbitral de Berna.

A História nos conta como o Amapá chegou até nós, íntegro, cheio de uma estupenda carga antecipadora de seu destino na comunidade nacional. Êle começa, agora, a dar ao Brasil nome e relêvo na economia mundial através de suas riquezas minerais. Êle se projeta, com o trabalho de seu povo, na economia e na vida social do país.

E os fatos de hoje nos fazem prever que muito breve o Amapá será o nôvo Estado da Federação e elemento de primeira grandeza no processo de enriquecimento material e espiritual da Amazônia.

* * *

Venho falar-vos sôbre a Amazônia: sua conceituação no tempo e no espaço, suas raízes históricas, suas fontes de vida e sua evolução social.

Quando examinamos um mapa do Brasil a impressão que logo nos causa é a variedade de terras, de climas, de matas, de rios, de culturas, em seu território de dimensões continentais. E dimensões continentais até na Amazônia, uma das ilhas do grande arquipélago ecológico brasileiro.

Que se compreende por região amazônica?

Um daqueles brasis fixados pelo sociólogo francês Lambert, justamente o Brasil mais atrasado, de estruturas arcaicas e economia subdesenvolvida, formando vivo contraste com o Brasil do progresso, o país em ascensão econômica e social? A Colônia não separada da metrópole-Brasil, mas nela incluída, como quer outro sociólogo francês, Roger Bastide? Uma área que escritores pessimistas denominam de “inferno verde” e os líricos de “paraíso verde”? Uma terra onde o homem ainda é um “intruso impertinente, que chegou sem ser esperado nem querido — quando a natureza estava arumando o seu vasto e luxuoso salão”, tal como visualizou Euclides da Cunha? Ou o “celeiro do mundo”, na profecia de Humboldt?

Estas e outras centenas de definições, de imagens literárias, de interpretações, cada uma delas cabe, em seu justo sentido, dentro de uma compreensão generalizada do que seja Amazônia.

A própria região amazônica, espetacularmente imensa, não se traduz como um todo harmônico, em seus aspectos de solo, de hidrografia, de relevo, de subsolo, de flora, de fisiografia, de fitogeografia. É uma unidade que apresenta desigualdades em seu modo de ser.

As terras do Amapá e Rio Branco são caracterizadas pelos campos extensos, em contraste com a floresta equatorial da margem do Amazonas e de seus principais afluentes, incluindo as terras do Estado do Acre. A planície terciária da grande calha do Amazonas diferencia-se, em solo e em cobertura florística, do maciço guianense e dos platôs que se ligam a feições fisiográficas do sul e do norte da bacia hidrográfica. As planícies costeiras do Estado do Pará, a contra-costa da Ilha do Marajó, do Amapá, formam, por sua vez, outros contrastes.

O lago, o igapó, a várzea, o têsso, a terra firme, a floresta, o campo, o rio, a baía, o mangue, a cachoeira, vocabulário comum na Amazônia, tôdas estas denominações possuem um sentido de definição variada. Mos-

tram aquilo que se pode chamar de vocações regionais, expressas nos sistemas de trabalho, nos processos econômicos, nos tipos humanos que extraem e movimentam a riqueza.

Há, portanto, algumas Amazônias dentro do vasto complexo geográfico-social que convencionamos chamar de Amazônia, cujas fronteiras internacionais, as Guianas, a Venezuela, o Equador, a Colombia, o Peru, a Bolívia, compartilham com o Brasil.

Fiquemos, porém, nesta palestra, cingidos aos aspectos brasileiros da Amazônia, começando por tentar explicar o que se compreende, em sentido político, por Amazônia, uma vez que a região possui na sistemática administrativa de nosso país as suas delimitações.

Acostumamo-nos, desde longo tempo, a ouvir e a ler que a Amazônia brasileira era a região compreendida pelos Estados do Amazonas, Pará, o então Território do Acre, e os Territórios de Rio Branco, hoje Roraima, Guaporé, hoje Rondônia, e Amapá. É o que se chama de Amazônia tradicional ou clássica.

A vigência da lei n.º 1.806, de 6 de janeiro de 1953, veio alterar êsse critério. Criando a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, em decorrência do artigo 199 da Carta Magna, que manda a União reservar três por cento de sua renda tributária, e a dos Estados e Municípios da área amazônica, para serem empregados no desenvolvimento econômico e social da Amazônia, aquêle diploma legal estabeleceu uma nova definição.

No entanto, vem de longe a preocupação de cientistas e de estudiosos em definir sob o ponto de vista fitogeográfico — e êste é, de fato, a constante de paisagem que bem define a região —, o formidável espaço físico do norte brasileiro.

Podemos citar, assim de relance, Humboldt, Arruda Câmara, Martius, Barbosa Rodrigues, Cezar Diogo, Iehring, A. J. Sampaio, homens de ciência que tentaram situar a Amazônia dentro de um critério de revestimento florestal.

Martius, botânico bávaro, amigo do Brasil e amigo universal das plantas, situou-a, um tanto poeticamente, no Reino das Náíades e das Dríades, sendo o primeiro representado pelas regiões quentes e úmidas, da floresta tropical espessa, no fundo do vale amazônico, e o segundo, nas encontas escarpadas dos planatos brasileiro e guiano.

Barbosa Rodrigues, naturalista baiano, classificou-a de Amazônia do litoral, Amazônia plana e Amazônia das cataratas ou da terra firme. O botânico A. J. Sampaio resumiu a divisão regional do Brasil em duas grandes províncias: A Amazônica e a Extra-Amazônica.

Pelo visto — e poderíamos nos alongar em outras definições —, são também vários os critérios de interpretação regional amazônica, sob o ponto de vista físico. E como acontece naqueles conceitos literários ou paracientíficos, citados linhas atrás, estas definições fitogeográficas possuem, do mesmo modo, uma grande dose de verdade, sem, contudo, precisar rigorosamente a região. O que prova, mais uma vez, a situação pluralista do Brasil, e no Brasil uma Amazônia também diversa, vária, plural.

Falamos, há pouco, na lei 1.806, instituidora da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia. Assim é que durante o seu trâmite legislativo surgiu o problema de disciplinar as inversões financeiras provenientes do inciso constitucional. Qual a área considerada amazônica e, portanto, susceptível de receber os benefícios da Lei?

Os representantes dos Estados do Maranhão, de Goiás e de Mato Grosso reivindicavam a condição amazônica para extensões territoriais de suas províncias. Até certo ponto, eles estavam certos, pois a Amazônia tradicional ou clássica, baseada na arbitrariedade dos limites inter-estaduais, vinha contrariar as características florestais e fluviais que distinguem o meio amazônico, presentes em certas áreas daquelas unidades.

O que não está certo, porém, é o critério demasiadamente liberal que acabou prevalecendo, isto é, o critério despótico dos paralelos e dos meridianos, ou melhor dito, a solução política.

A controvérsia parlamentar motivou um estudo técnico do Professor Lúcio de Castro Soares, da equipe de geógrafos do Conselho Nacional de Geografia. Depois de realizar pesquisas de campo e confrontação aérea, o mesmo Professor escreveu uma monografia com o seguinte título: "Limites Meridionais e Orientais de área de ocorrência da floresta amazônica em território brasileiro".

De logo se conclui sobre o critério adotado nesse estudo: o fitogeográfico, vale dizer, o da ocorrência florestal típica. E assim conclui o Professor Lúcio Soares: "De acôrdo com a delimitação por nós apresentada

a área do território nacional onde ocorre de maneira contínua e descontínua a floresta amazônica, pode ser estimada em 4.161.482 Km², correspondentes a 48,87% da área do Brasil”.

O Congresso Nacional, todavia, optou pelo critério político, delimitando a Amazônia, para efeito de planejamento econômico, nos seguintes termos: “... abrange a região compreendida pelos Estados do Pará e Amazonas, pelos Territórios Federais do Acre (hoje Estado do Acre), Amapá, Guaporé (hoje Rondônia) e Rio Branco (hoje Roraima), e, ainda, a parte do Estado do Mato Grosso, ao norte do paralelo 16, a do Estado de Goiás, ao Norte do paralelo 12, e a do Maranhão, a oeste do Meridiano 44”. Esta é a definição do artigo 2.^o da lei 1.806 para a Amazônia legal.

Ao invés da ocorrência da floresta típica, os paralelos e meridiano. Ao invés da solução técnica, racional, a solução política, arbitrária. Apresenta, assim, a Amazônia legal uma superfície de 5.031.883 Km², correspondente a cerca de 58% do território nacional — mais da metade do espaço brasileiro.

* * *

Para entendermos melhor o que é a grande ilha ecológica Amazônia, torna-se necessário fazer uma breve incursão na História, e acompanhar, mesmo à vôo de pássaro, o seu processo econômico e social.

A Amazônia foi uma revelação de navegadores espanhóis: Vicente Yanêz Pinzon descobriu o estuário do rio Amazonas, em 1500, pouco antes de Cabral aportar nas costas da Bahia. Em seguida, Diogo de Leppe, outro navegante espanhol, acercou-se do estuário amazônico, a que ambos, viram como um estupendo *Mar Dulce*.

Francisco de Orellana, em 1540, desce o Amazonas, dos contrafortes andinos à foz, numa viagem aventureira na qual se originou o mito das Amazonas, mulheres guerreiras que atacaram os navegantes no melhor estilo da fantasia espanhola.

Pedro de Ursua e Lope de Aguirre, no ano de 1559, repetiram para Castella a façanha de seus compatriotas, escrevendo em sangue a história dessa jornada em que o fidalgo Ursua foi morto pelo punhal do tirano Aguirre para o grupo chegar, finalmente, ao mar.

A abertura de novas terras avivou a cobiça de povos europeus. Escrevia-se um novo capítulo na novíssima história do continente sul-americano: franceses, ingleses, holandeses, estabeleceram-se no estuário amazônico, onde plantaram feitorias e fortificações. A atração dos produtos exóticos da floresta, o cultivo da cana de açúcar e do tabaco ou o simples comércio com as populações indígenas fundamentavam as atividades daqueles povos na região.

Esse estado de coisas inquietou a metrópole, na época representada pela união das coroas espanhola e lusa, sob a tutela do rei Felipe III. Dá-se, então, a conquista do Grão Pará por Francisco Caldeira Castelo Branco, a mando de Alexandre de Moura, que acabava de reconquistar o Maranhão dos franceses de la Ravardière.

Os portugueses ergueram o pequeno Forte do Presépio, germen da cidade de Belém do Pará, e daí comandaram a expulsão de ingleses e holandeses, que possuíam fortificações em pontos isolados, da foz do Xingu à boca do Amazonas. Os franceses, mais dedicados a andanças comerciais, se afastaram da luta. Depois de dezesseis anos da fundação do Forte do Presépio e alguns renhidos combates, foram expulsos batavos e bretões. Em 1632, caiu o seu último baluarte, o Forte de Cumauí, na ponta do Macapá.

Os sucessos políticos na Europa conduzem Portugal à sua emancipação, no ano de 1640, restaurando-se a monarquia na pessoa de D. João VI, da nova Casa dos Braganças. A Amazônia ficava, agora, na espectativa de se tornar espanhola, pois o meridiano do Tratado de Tordezilhas, concluído pela Espanha e Portugal em 1494, dividia na América do Sul as possessões dos dois reinos Ibéricos. Ora, a Amazônia estava incluída no império de Castela: a linha tordezilhana tinha início em Belém do Pará, terminando em Laguna, no Estado de Santa Catarina. A Portugal cabia a faixa litorânea, situada a leste dessa linha, e a Espanha as terras a oeste, o que significa toda a atual Amazônia brasileira, exceto pequenino trecho do litoral paraense, e quase todo o Brasil de nossos dias.

Graças, porém, à providência e ao esforço luso-brasileiro de penetração sistemática nos rios e florestas do vale, a Amazônia ganhou consistência portuguesa. Basta citar a extraordinária viagem empreendida pelo Capitão Pedro Teixeira, de Belém a Quito, no Equador, feita às vésperas da Restauração. O soldado luso levou

até o Napo a soberania de seu país, erguendo nesse local um marco da posse de Portugal.

O significado básico do ato de Pedro Teixeira, diz-nos a História: a Amazônia hoje é brasileira. Mas, ouçamos o comentário do mais eminente historiador da Amazônia, Professor Arthur Cezar Ferreira Reis: "O ato solene de estabelecimento, do povoado de Franciscana, assistido pelos espanhóis que acompanhavam Pedro Teixeira no regresso à Belém, tinha uma importância espetacular. Em nenhum outro sítio das duas monarquias na Sul-América os homens das duas nacionalidades haveriam assinalado tão suavemente e tão inconfundivelmente os extremos de sua pátria, como naquele pedaço selvático da Amazônia".

Devassando a Amazônia em todos os rumos da Rosa dos Ventos, os portugêses asseguraram valiosos títulos históricos a seu favor. Quando chegou a vez da Espanha e Portugal ajustarem limites no Tratado de Madri (1750), os lusos se apresentaram como os verdadeiros donos da terra, fato que o Brasileiro Alexandre Gusmão, assessor do rei D. João V, fêz valer nas negociações do instrumento diplomático. Com isso, obteve extraordinárias vantagens territoriais. Na verdade, a Espanha sancionava uma situação irreversível: os portuguêses eram senhores absolutos do imenso território que hoje fundamenta a geografia física brasileira. Com o Tratado de Madri, essa posse ficou legalizada.

A linha tordezilhana fôra deixada para trás. Tornara-se um anacronismo, ante a mobilidade horizontal dos luso-brasileiros, em sua marcha para o Oeste.

O espaço físico da Amazônia de hoje deve-se a êsses bandeirantes. E só no princípio do século atual seriam alteradas as fronteiras internacionais da Amazônia com a incorporação do Acre boliviano ao Brasil, pelos homens do nordeste, pelos paraenses e amazônenses.

O Acre foi a nossa última página de bandeirismo, dentro daquele sentido das "entradas do sertão", durante os séculos XVII e XVIII. Nosso último Oeste, como disse Cassiano Ricardo.

* * *

De que modo surgiu na região uma sociedade organizada, capaz de criar e desenvolver o processo de vida, de trabalho, de economia, que deu expressão político-

social à Amazônia Portuguesa e, mais tarde, à, Amazônia Brasileira?

Convido-vos a acompanhar os primeiros sucessos históricos da conquista do Grão Pará, ocasião em que a côrte espanhola decidiu, no ano de 1621, criar o Estado do Maranhão e Grão Pará — origem da Amazônia atual. A nova unidade ficou inteiramente desligada do Estado do Brasil e em subordinação direta à metrópole.

O ato da côrte espanhola evidencia o reconhecimento de uma área de características especiais, que estava a exigir política administrativa diversa daquela estipulada para o sul e o nordeste do Brasil. Hoje, podemos classificá-lo de um ato geopolítico, de medida exata e sábia. Com um organismo forte e vigilante no Grão Pará, a metrópole estava segura de que a manutenção territorial da colônia e das instituições luso-espanholas na área amazônica estaria assegurada. Mesmo depois de Portugal restaurar sua monarquia, o governo do extremo norte brasileiro continuou autônomo e até melhor compreendido pelos estadistas de Lisboa.

O Estado do Maranhão e Grão Pará, no tempo de Pombal, constituiu-se em Estado do Grão Pará e Rio Negro, e, a partir de 1751, uma nítida política de valorização econômica teve início na Amazônia, visando ao incremento da produção agrícola, do cultivo das especiarias florestais, da colonização e do comércio.

Aliás, o século XVII deve ser considerado o grande século da Amazônia colonial. O intenso comércio das drogas do sertão — a canela, o cravo, o puchuri, a baunilha, a quina, o sassafrás, o urucu, a canafístula, o cacau, a casca preciosa, as resinas, os óleos vegetais e animais, as raízes aromáticas, plumagem de árvores e pássaros, os couros, as peles, tudo, enfim que a floresta e a água ofereciam de útil à civilização européia —, estas drogas do sertão, que eram uma réplica às famosas especiarias do Oriente, emprestaram à colônia amazônica uma certa prosperidade econômica e promoveram a ascensão social de determinadas classes da população.

No século XVIII é que vão tomar impulso notável as Ordens Religiosas: Companhia de Jesus, Mercedários, Carmelitas, Franciscanos, Frades da Piedade, Capuchos da Conceição da Beira e Minho, responsáveis pela conversão dos gentios, pela educação dos jovens colonos, reunindo as condições de verdadeiro coloniza-

dores, e até de ativos comerciantes de drogas do sertão e de gado vacum, no caso, Jesuítas e Mercedários, que foram Ordens muito ricas. Aplicaram, convém ressaltar, todos os seus rendimentos na manutenção do trabalho missionário e na construção e conservação de Igrejas e Colégios.

O processo econômico da Amazônia nasceu e floresceu sob o signo do extrativismo florestal. A agricultura do café, do arroz, do milho, da cana de açúcar, do tabaco e dos próprios elementos nativos que a metrópole desejava incrementar, nunca chegou a um índice muito alto, se a quisermos comparar com a produção extrativista.

Belém, capital do Estado do Grão Pará e do Rio Negro, onde residiam e administravam em nome do Rei de Portugal os Governadores e Capitães Generais, cresceu em função do processo econômico, ativado por uma sociedade extrativista que iria ainda dar maior tônica ao desenvolvimento regional durante o ciclo da borracha.

Foi no decorrer do século XVIII que se ergueram, em Belém, os grandes monumentos de arquitetura civil e religiosa, os quais testemunham, às nossas vistas, a intenção político-cultural e o bom gosto das autoridades governamentais e eclesiásticas de Portugal.

Agora mesmo, regressei de uma viagem à Europa, onde fui colher elementos, nos arquivos da Itália e de Portugal, para escrever um livro sobre a vida e a obra do arquiteto bolonhês José Landi, cujas criações, em forma de Palácios, de Igrejas, de Capelas, de casarões, dignificam e enriquecem o patrimônio cultural de Belém do Pará. A vinda de Landi para a Amazônia, em 1753, e suas atividades, ali, provam a fase de prosperidade econômica e o desejo dos estadistas portugueses de criar no Grão Pará um centro dinâmico de civilização.

A transferência da Côrte Portuguesa para o Rio de Janeiro marcou o fim da autonomia do Estado do Grão Pará e Rio Negro, a favor de um só Brasil político e administrativo. Mas o governo da ilha ecológica do Grão Pará e Rio Negro cumpria o seu papel histórico: o de incorporar e manter soberano para Portugal êsse verdadeiro império amazônico. Assegurou uma posse tranqüila, por intermédio da presença constante de luso-brasileiros, nos mais longínquos pontos do vale. A Capitania do Rio Negro e sua sede, a vila de Barcelos, no rio do mesmo nome, seria, já no Império, a

Província do Amazonas. Manáus, sua capital, cresceu do lusitano Forte de São José do Rio Negro que, na era da borracha, fins do século passado e princípio do atual, veio a ser uma cidade de extraordinário desenvolvimento material e espiritual.

Nos últimos anos de vida do Império brasileiro, a borracha amazônica, já bastante conhecida na Europa e nos Estados Unidos, sob a forma de sapatos, capas, seringas e outros objetos, começou a empolgar os mercados internacionais.

O processo de vulcanização, descoberto por ingleses e norte-americanos, em 1844, e a invenção do pneumático, em 1888, produziram uma verdadeira revolução industrial no mundo e brindaram a Amazônia com a Idade de Ouro.

Do ciclo da droga do sertão a Amazônia passa a viver do ciclo do ouro negro, dominada imperialmente pela borracha. Cessam tôdas as atividades de agricultura, ao ponto da região ser obrigada a importar os gêneros de subsistência da Europa e de outras partes do Brasil.

A borracha era o ouro californiano se oferecendo à cobiça dos audazes, dos desprotegidos da sorte, que iam encontrar na Amazônia o seu Eldorado, e, muitas vêzes, o seu túmulo. Terra agreste, cheia de perigos e de doenças, nada disso impediu que milhares de homens se internassem na selva, à procura do leite milagroso. Multidões nordestinas, deslocadas de suas terras pela inclemência das sêcas, penetraram as terras molhadas da Amazônia, escrevendo uma página de heroísmo, de tenacidade, de provação. "Amansavam o deserto", na frase perfeita de Euclides da Cunha, que viu no sertanejo imigrante o "homem que trabalha para escravizar-se", na "mais imperfeita organização do trabalho que ainda engenhou o espírito humano".

Essa arrancada vigorosa, mas inteiramente desassistida dos menores preceitos da medicina sanitária, da higiene, do bem-estar social, subjugou rios e selvas em que não chegava a soberania brasileira, originando o drama histórico do Acre, página da conquista física e espiritual de nordestinos, paraenses e amazonenses, que, sem conhecerem fronteiras (naquela época ainda indefinidas) entre o Brasil e a Bolívia, avançaram para o grande vazio demográfico do Acre. Onde existissem terra devoluta e seringueira, ali estava o nordestino para explorá-las.

A conquista inconsciente do Acre pelos seringueiros nacionais criou um grave problema internacional. Eclodiram revoltas locais, orientadas por brasileiros que ali se estabeleceram de boa fé e se opunham à mudança de nacionalidade da terra. O gaúcho Plácido de Castro, chefe do último e vitorioso movimento armado contra forças do Exército boliviano, incarnou o espírito de brasilidade dos pioneiros acreanos.

Foi preciso a intervenção do Barão do Rio Branco, o grande Chanceler, que encontrou a solução honrosa para o conflito, que já durava quatro anos. O Brasil pagou à Bolívia justa indenização em dinheiro e com ela concluiu troca de pequenos territórios fronteiriços. O instrumento de paz e da cooperação amistosa brasileiro-boliviana, permitindo que o Acre se tornasse brasileiro, chama-se Tratado de Petrópolis e honra o seu supremo artífice, o Barão do Rio Branco.

Aquilo que podemos chamar de civilização da borracha — um breve interlúdio econômico na vida regional — deixou nas cidades de Belém e Manaus as marcas de seu brilho, na cultura, no aspecto material dos burgos. Mas o interior, de onde brotava a riqueza, continuou pobre e desprotegido. Uma frase de Humberto de Campos exprime de modo cabal a notável evolução social e econômica de Belém e Manaus, em detrimento do interior amazônico:

“As duas capitais amazônicas”, diz o escritor maranhense, “constituem ornato exótico de um vasto império tumultuário e semi-bárbaro, pedras lapidadas que a civilização pendurou, como enfeite, no peito de um selvagem que traz ainda um batoque no beijo, e, no nariz, atravessada, a pena de papagaio. O viajante que desembarca em Belém e Manaus não tem, na verdade, a menor sensação de que se acha afastado doze ou dezessete dias do Rio de Janeiro. Edifícios elegantes, movimento mundano e comercial, serviços públicos modelares, imprensa bem informada e honrando a inteligência brasileira, espírito brilhante dos homens, graça e gosto nas mulheres — tudo isso impressiona o forasteiro que não tem idéia, nem de longe, de tão complexos focos de cultura. E essas capitais não são, todavia, índice dos Estados de que são cabeças desconformes”.

O império da borracha cedo se desmoronou devido à concorrência do similar asiático, levado da Amazônia em forma de sementes e de mudas. E veio a debâcle econômica, o despovoamento dos seringais, a falência das casas comerciais. A região sofre um colapso, por-

que o seu sangue — o leite da seringueira — deixou de correr nas artérias do comércio. A grande crise produz a estagnação da vida na planície. Por um milagre, outro produto da floresta, a castanha do Pará, evita que o organismo econômico enfermo sucumba de vez.

* * *

E o Estado brasileiro, como se comportou diante de tudo isso?

A empresa de desbravamento amazônica foi dirigida e mantida pelo Estado português, com o sucesso que já comentámos. O advento do Estado brasileiro afastou muito a presença oficial na vida amazônica, tomando essa presença como ação constante, estimuladora do processo social e econômico, a corrigir os defeitos de estrutura e as distorções na emperrada e viciada máquina administrativa.

Houve um grande erro, cometido no Império, em conservar, sob a égide de duas Províncias, as fabulosas áreas do Pará e do Amazonas, difíceis de serem administrados de capitais distantes e, às vezes, até inatingíveis pelo transporte normal. Os governos municipais também sofreram com o gigantismo territorial. A propósito deve ser lembrado que o Município de Altamira, no Pará, é o maior município do Brasil: muitas vezes maior que vários Estados do nosso país.

A República agravou o problema. Oliveira Viana, em notável trabalho sociológico, põe em evidência o erro dos constitucionalistas republicanos que na organização da República federada proporcionaram prerrogativas autonômicas à Amazônia, iguais as de São Paulo, Minas, Rio Grande do Sul. Ora, no extremo norte, eram muito frágeis os sistemas sócio-político-econômicos, reduzidíssimo os elementos aptos a enfrentar a complexa tarefa de uma administração rigidamente autônoma. Ao contrário daqueles três Estados, que se apresentavam com uma economia forte e uma elite política e culturalmente organizada.

Organismos atrofiados pelo seu próprio gigantismo, sofrendo as consequências da agressividade do meio, Pará e Amazonas teriam fatalmente de sofrer os males da economia subdesenvolvida, que os torna, ao lado das outras unidades amazônicas, verdadeiras colônias do país.

Jacques Lambert, realça, em "Os dois Brasis", esta anomalia:

“O Território do Brasil, como se tem seguidamente afirmado, engloba uma metrópole e suas colônias, mas como as suas colônias estão no mesmo território, se manifesta tendência para esquecer que as condições de vida não são ali iguais às da metrópole, e a simetria de instituições nelas deixa de ser perigosa”.

Perdido o mercado da borracha, e, em consequência, privada a Nação das divisas que logo depois do café a enriqueciam, o Governo brasileiro tentou estabelecer o primeiro planejamento regional em nosso país, criando, em 1912, a Superintendência da Defesa da Borracha, que incluía, na pauta de seus trabalhos, um ambicioso programa de valorização do homem, da borracha, da agricultura, na Amazônia.

Porém, um ano transcorrido, o Congresso Nacional recusava verbas para prosseguir a tarefa, ainda em fase de montagem de sua máquina administrativa. E assim termina o primeiro ensaio de levar a presença do Estado brasileiro para corrigir as deformações econômicas regionais e de emprestar um sentido nacional à valorização da Amazônia, que continuou a depender exclusivamente do esforço da iniciativa privada, à essa altura bastante enfraquecida, em virtude da destruição de sua maior base econômica.

A segunda grande guerra exigiu da Amazônia um suprimento de borracha para abastecer o parque industrial das nações aliadas, órfãs de suas fontes de abastecimento nos seringais do Oriente, ocupados pelas tropas japonesas.

O Presidente Getúlio Vargas, compreendendo o momento histórico, pronunciou, então, o “Discurso do Rio Amazonas”, no Teatro Amazonas, da cidade de Manaus, a 10 de outubro de 1940. Na oração presidencial se encontram alguns dos fundamentos de uma nova política de integração nacional da Amazônia, a fim de que esta “deixasse de ser um simples capítulo da geografia para ser um capítulo na História da Civilização”.

Vieram, em seguida, as primeiras providências oficiais que podem ser tomadas como um prólogo da valorização econômica regional: a encampação da companhia inglesa de transportes fluviais, *Amazon River*, que se transformou nos Serviços de Navegação da Amazônia e do Pôrto do Pará (SNAPP), a criação dos Territórios Federais de Guaporé, Rio Branco e Amapá, do Serviço Especial de Saúde Pública (SESP), o Banco de Crédito da Borracha, hoje Banco de Crédito da Ama-

zônia, os órgãos de encaminhamento de trabalhadores para os seringais amazônicos e os de abastecimento do vale amazônico, criados para funcionar durante o período de guerra, o Instituto Agrônomo do Norte, núcleo de pesquisa e experimentação agrícola que continua prestando assinaláveis serviços à região.

Para garantir preços compensadores no mercado, o Governo brasileiro assinou com o Governo dos Estados Unidos uma série de instrumentos conhecidos pelo nome de Acôrdos de Washington.

Terminada a vigência desses acôrdos, com o fim da guerra, a borracha amazônica passou, depois de ligeira crise de superprodução, a ser consumida totalmente pelo parque industrial brasileiro, ao ponto de hoje ela não bastar para o consumo interno, obrigando o Governo a fazer importação do produto do Oriente.

Os constituintes de 1946 vieram materializar a idéia que tomara corpo na opinião brasileira: a Amazônia deveria ser encarada como um problema nacional, a ser resolvido em termos nacionais. E surgiu, assim, o artigo 199 da Carta Magna, que determina a Valorização Econômica da região amazônica, mediante a aplicação de recursos federais, estaduais e municipais, já referidos no início desta palestra. A Lei 1.806, de 6 de janeiro de 1953, regulamentou o inciso constitucional e criou a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), órgão federal incumbido de executar a tarefa.

A SPVEA começou a funcionar em Belém, no ano de 1953, elaborando um Programa de Emergência, executado no seguinte exercício financeiro. O Primeiro Plano Quinquenal foi concluído em sete meses de trabalho e enviado pelo Presidente da República, em 1955, ao Congresso Nacional, onde se acha até hoje nas comissões técnicas da Câmara dos Deputados.

As programações regionais, à conta do Fundo de Valorização Econômica da Amazônia, são executadas, anualmente, dentro do critério político estabelecido pelo Congresso Nacional na Lei de Meios. É preciso esclarecer que uma Comissão de Planejamento, composta de seis técnicos federais e oito representantes políticos dos Estados e Territórios amazônicos, prepara, cada ano, na SPVEA, o projeto de orçamento do órgão. Esse projeto vai ao DASP que, por sua vez, o emenda a seu talante. E no Congresso ele acaba por sofrer as inevitáveis influências políticas.

No mesmo tempo da criação da SPVEA, o Governo Federal deu estrutura a um novo e importante órgão, réplica brasileira ao fracassado Instituto da Hiléia Amazônica. Refiro-me ao Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), cujas atividades científicas já apresentam animadores resultados no que diz respeito ao inventário dos recursos naturais da região e às pesquisas no campo da patologia.

* * *

Eis, senhores, em rapidíssimo esboço, os principais fundamentos da paisagem, de vida e de história na Amazônia. Nesta tentativa de síntese, procuramos uma compreensão, ainda que em termos restritos, de certos aspectos regionais, das componentes que armam, por assim dizer, o grande drama amazônico.

Estou na presença de brasileiros animados pelo ideal de servir a seu país. Permitam-me repetir o que escrevi no prefácio de um de meus livros, recentemente aparecido:

“Os constituintes de 1946 compreenderam as evidentes razões históricas e políticas, fazendo incluir na Carta Magna o inciso determinante de um plano federal de valorização econômica da Amazônia, assistido por recursos financeiros provenientes de todo o país. Infelizmente, o louvável propósito ainda não alcançou aqueles resultados previstos e desejáveis num Plano de tal envergadura, embora já se enumerem alguns empreendimentos realizados, de importância para a vida regional.

“Mas, e o Plano Quinquenal da Amazônia paralisado há tanto tempo no Congresso Nacional, sem merecer o interesse dos parlamentares? Não será este um dos sintomas positivos de falhas no comportamento em relação à Amazônia?

“E aqui vem a pêlo o retorno ao tema de formar uma consciência nacional do problema Amazônia. A circunstância de um plano, feito por determinação constitucional, regulado por lei ordinária, estagnar-se no próprio Congresso, onde são vivas e atuantes as reivindicações públicas, já por si mostra que algo precisa ser corrigido na mecânica político-administrativa do país.”

Fazendo um paralelo dos casos Nordeste e Amazônia, na mesma oportunidade, assim me pronunciei: “Ora, dirão muitos, o Nordeste fala mais perto ao espí-

rito dos homens públicos do que a Amazônia. O drama de milhares de seres humanos ao Deus-dará, o numeroso contingente demográfico, quase dez vezes superior ao da Amazônia, proporcionando maior representação política no Parlamento e no Executivo Federal — tudo contribui para mantê-lo na crista das preocupações oficiais. É correto que isto aconteça, é justo que isto prosiga, porque o Brasil precisa integrar em si próprio todos os seus Brasis.

“Mas não se pode deixar de ir ao encontro às aspirações do Extremo Norte. A região deve ser vista e atendida, nos altos Conselhos da República, em condições iguais às dispensadas a outras áreas brasileiras. Os 11.612 quilômetros de fronteiras amazônico-brasileiras, com sete nacionalidades, estão a exigir especial consideração, sobretudo porque são fronteiras vazias, demograficamente. Enquanto que no Nordeste uma das faces de sua problemática envolve uma numerosa população pobre e desassistida, na Amazônia ocorre o contrário: há uma reduzida população, também pobre e desassistida, e, agravando a situação, extremamente dispersa. Perigos evidentes, de caráter social interno, na concentração populacional nordestina, se não fôr modificado o *status* social e econômico do homem do Nordeste. E perigos de caráter político-internacional na rarefação e dispersão populacional na Amazônia. É o que nos aponta a lição da História”.

O Professor Arthur Cezar Ferreira Reis, em seu livro “A Amazônia e a cobiça internacional”, exumou dos arquivos uma documentação sugestiva para mostrar que o interesse dos povos fortes pela Amazônia tem sido uma constante no processo histórico da humanidade. As pressões demográficas, as pressões da fome, as pressões econômicas, as pressões políticas no mundo rondam a Amazônia, considerada pelos cientistas internacionais e pelo mais categorizado pensamento universal, a maior reserva de matérias primas com que podem contar as nações para o seu crescente ritmo de industrialização e o bem-estar de toda a humanidade.

Em grande parte, a integração definitiva da Amazônia no complexo de civilização brasileira, adquirindo a dimensão e a dignidade de uma área social, cultural e economicamente desenvolvida, vai depender da execução de um correto e firme programa de educação — educação no sentido sociológico mais amplo.

Os educadores — e assim se compreendem os médicos, os engenheiros, os cientistas sociais, os homens

de ciência pura, os agrônomos, os professores, os economistas, os assistentes sociais, — têm uma grande missão a cumprir na Amazônia: a mudança do *status* cultural das populações. Porque ao lado das obras materiais, de pura e simples humanização da paisagem, o moderno conceito de desenvolvimento econômico envolve uma série de valores culturais que devem ser absorvidos pelas populações.

A Antropologia nos ensina, que qualquer idéia nova só é aceita se houver uma base que torne útil o elemento na cultura preexistente. Dêsse modo, as populações terão de se desenvolver primeiramente antes que possam mudar ou, pelo menos, conservar, proveitosamente, as mudanças operadas em seu meio físico.

Hoje é universalmente aceita a tese de que os fatores, que marcam a diferença entre os países atrasados e os países desenvolvidos não são os de natureza biológica, e sim os de natureza cultural. O fato de uma região possuir recursos naturais abundantes, como é o caso da Amazônia, e o seu povo viver em estado crônico de pobreza, e de outras regiões menos favorecidas pela natureza, ou empobrecidas pela economia destrutiva do homem, como, por exemplo, o Israel, evidenciarem um alto estágio de civilização, explica, perfeitamente, que essa diferença de nível econômico e social depende de outros fatores bem mais complexos.

Há um princípio enunciado pelo professor J. R. Smith, em sua "Geografia Comercial", que responde bem à questão: "A utilidade dos recursos naturais e seu uso eficiente pelo homem depende não somente dos desejos humanos, mas, sobretudo, das habilidades humanas".

* * *

A obra, que se vem realizando no Amapá, sobretudo nas áreas de mineração tècnicamente organizada, é mais uma afirmativa dêsse princípio. É de esperar, porém, uma tomada de posição agressiva perante os múltiplos desafios do meio amazônico.

Posso anunciar — se isto ainda não foi divulgado por aqui — medida de grande alcance cultural que acaba de estabelecer a Empresa responsável pela exploração do manganês no Amapá: a constituição de um fundo especial destinado a estudos e pesquisas sociais, educacionais e científicas, em geral, a ser utilizado pela Universidade do Pará, com obediência intelectual a um

grande amazonólogo, de um lusotropicalista autêntico — se assim me permite dizer o sociólogo Gilberto Freyre. Quero referir-me ao professor Arthur Cezar Ferreira Reis, a quem a alta direção de vossa Empresa entregou os estudos e os planejamentos dos trabalhos de pesquisa de campo, pesquisas de laboratório e de arquivo e cujas tarefas serão realizadas por professores e técnicos da Universidade do Pará.

Congratulo-me pela iniciativa — a promissora iniciativa — que vem inaugurar na Amazônia um sistema de cooperação de entidades privadas, com vistas ao bem-estar social e ao progresso da região, onde elas se associem pelo interesse econômico.

Prática bastante comum nos Estados Unidos e na Europa e agora começando a ter aplicação no sul do Brasil, essa espécie de solidarismo era reclamada por mim, há pouco, em trabalho escrito, a propósito da criação, em Belém do Pará, de um Museu histórico e artístico, também folclórico e de artes, não só eruditas mas conjuntamente de artes populares, que se constituísse, por outro lado, num centro de estudos e experimentação de técnicas regionais e de melhor adaptação do homem às condições amazono-tropicais de vida.

O momento de nossa palestra é bem oportuno para fazer um apêlo à administração desta Empresa: que se inclua no programa de aplicação do Fundo recém-constituído a criação de um grupo de estudos para analisar e apresentar soluções práticas em matéria de arquitetura regional, vale dizer, da casa ecológica amazônica, tanto a urbana como a rural.

É tempo de nos preocuparmos em criar para a Amazônia o seu tipo ideal de habitação, valendo-nos da experiência regional, da matéria prima local, das condições de clima, de vegetação, de luz, de ventilação, e não copiarmos servilmente a arquitetura do Rio e São Paulo, como se observa em Belém do Pará.

Uma arquitetura que também reabilite o azulejo, na paisagem amazônica, onde êle sempre desempenhou função estética, higiênica, funcional e sentimental. É só procurar, nas velhas casas belenenses, e nos solares de Manaus, do século XIX e dos princípios do século atual, a constância de cerâmica esmaltada e colorida nas salas, nos terraços, no revestimento das fachadas, enchendo de beleza o ambiente e proporcionando soluções práticas, melhor ditas, funcionais. Azulejos que os paraenses destróem sem piedade e não procuram apli-

cá-los nas novas construções, no bom exemplo — êste, sim, a ser seguido — dado pelos arquitetos de maior evidência no Rio e São Paulo.

O funcionamento, a partir do corrente ano, da Faculdade de Arquitetura, na Universidade do Pará, e, provavelmente, a instituição necessária e complementar de uma Escola de Belas Artes viriam impulsionar e revitalizar os trabalhos daquele grupo de estudo ou centro de estudos, que sugiro com muito empenho.

Penso que a experiência realizada em Pôrto Santana e Serra do Navio já nos demonstrã uma assimilação de valores tropicais de cultura, aplicados em alguma forma de criatividade humana, inclusive na arquitetura.

Não poderá essa experiência, pergunto eu, evoluir de modo a alcançar o estágio de assimilações concretas e globais no sentido de amplitude regional que acima propus? Em outras palavras: uma experiência local, dando a sua contribuição para aquilo que podemos chamar de Sociologia da Arte, em sentido lato, dentro, porém, de um critério regionalista.

Quando o meu amigo Evaldo Simas Pereira me convidou a visitar, em nome de sua organização, Pôrto Santana e Serra do Navio, êle se referiu, durante a nossa conversa de aproximação com as realidades de vida nesses dois centros, ao traje adotado ou preferido pelos funcionários da Empresa. “Só usamos o blusão leve, mesmo durante o trabalho e até nas ocasiões menos informais”, esclareceu-me Evaldo Simas Pereira.

Eis um detalhe — o do vestuário — que pode parecer insignificante, mas, na verdade, de real interesse e importância nos estudos sociológicos e antropológicos. E a solução aprovada pela experiência cotidiana dos funcionários desta Empresa está certíssima e deve ser mantida: o uso do *slack*, de origem oriental e hoje quase universalmente aceito nas áreas tropicais, pelas condições de higiene e de conforto que êle proporciona.

Assunto tão importante, o do vestuário nas áreas tropicais, que foi objeto de uma exposição do sociólogo Gilberto Freyre na Reunião Mundial de Sociólogos, levada a efeito em Amsterdam, quando expoentes da Sociologia e da Antropologia no mundo ocidental, e cientistas sociais da Rússia Soviética, debateram o tema apresentado pelo colega brasileiro, em clima de vivacidade intelectual.

E com esta referência a um valor cultural, em vosso modo de ser nestes longínquos Brasis, dou por terminada a minha palestra — já um tanto alongada pelas sugestões de uma história, de uma paisagem, de uma vida tão rica de colorido, de valôres, de estilos, de rituais, que, dentro de suas manifestações mais características, devem constituir artes e técnicas aplicáveis no processo de vida cotidiana.

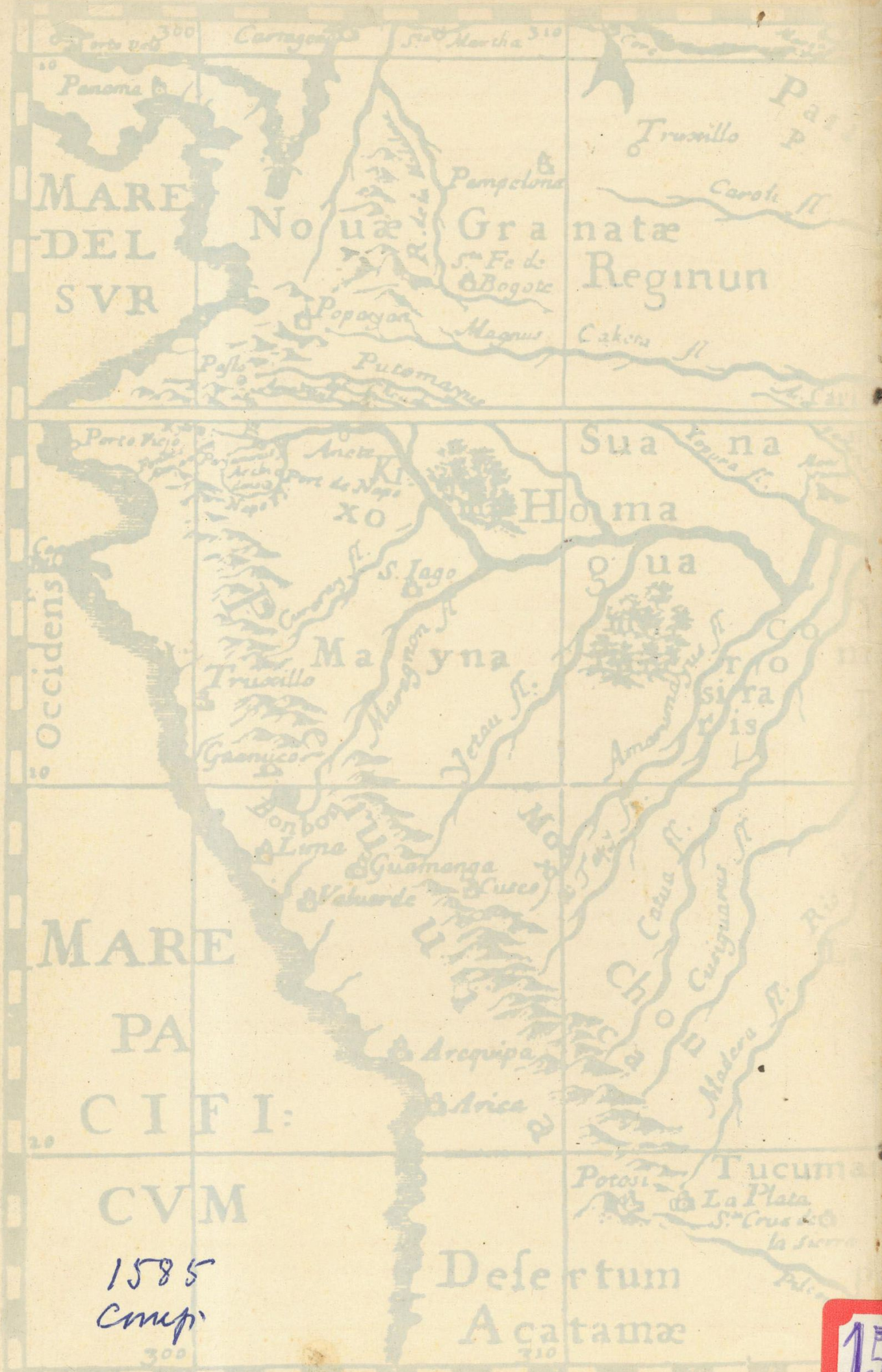
COLEÇÃO ARAUJO LIMA

- 1 — ECONOMIA DA PRODUÇÃO
Cosme Ferreira Filho
- 2 — AS METAS DO GOVERNO
Waldir Bouhid
- 3 — O BANCO DO BRASIL NA ECONOMIA DO AMAZONAS
Samuel Benchimol
- 4 — CARACTERÍSTICAS AGRÁRIAS DA AMAZÔNIA
Newton Pires de Azevedo
- 5 — CONCEITO DE AMAZÔNIA
Eidorfe Moreira
- 6 — VALORIZAÇÃO DA AMAZÔNIA E SUA COMISSÃO DE PLANEJAMENTO
Sócrates Bomfim
- 7 — O PROBLEMA DE COLONIZAÇÃO DA AMAZÔNIA
Adriano Menezes
- 8 — NAVEGAÇÃO DO AMAZONAS & PORTOS DA AMAZÔNIA
Agnelio Bittencourt
- 9 — ARTIGOS DE JORNAL
- 10 — OS INTERPRETES DA AMAZÔNIA
Péricles Moraes
- 11 — A CONQUISTA ACREANA
Abguar Bastos
- 12 — A BACIA DO MAR DOCE
Alberto Rangel
- 13 — A GEOGRAFIA E AS CIVILIZAÇÕES
Pierre Gourou
— AS VERDADEIRAS FONTES DO RIO AMAZONAS
João Ribeiro
- 14 — A AMAZÔNIA BRASILEIRA E UMA POSSÍVEL LUSOTROPICOLOGIA
Gilberto Freyre
- 15 — A AMAZÔNIA E SUA EXCEPCIONAL VOCAÇÃO OLEÍFERA
Clara Pandolfo
- 16 — POSSIBILIDADES ECONÔMICAS DE RONDONIA
José Augusto da Silva Reis
- 17 — PERSPECTIVA DA INDUSTRIALIZAÇÃO DA JUTA NA AMAZÔNIA
Sebastião Rabello Mendes Filho
- 18 — AMAZÔNIA, FUNDAMENTOS DE PAISAGEM, VIDA E HISTÓRIA
Leandro Tocantins

SEÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO E RELAÇÕES PÚBLICAS

Av. Franklin Roosevelt, 39 - 8.º andar

Rio de Janeiro — GB



1585
Cmp

15

Comunicado

As imagens, textos e obras disponibilizadas pelo Centro de Documentação e Memória da Amazônia estão na maioria em domínio público ou possuem termo de cessão para publicação da versão digitais produzida pela Secretaria de Cultura.

Se porventura, você identificar alguma obra que não esteja de acordo com a Lei de Direitos Autorais (lei 9.610/98), entre em contato conosco para que possamos identificar e proceder com regularização.

O objetivo da Biblioteca da Amazônia na disponibilização das versões digitais é a preservação da memória e difusão da cultura do Amazonas e região norte do Brasil, sem prejudicar os direitos patrimoniais do autor, herdeiros ou quem possuir o direito de uso.

O uso destes documentos digitais, digitalizados ou nascidos digitais são apenas para fins pessoais (privado), sendo vetada a sua venda, edição ou cópia não autorizada.

Lembramos, que esses materiais podem ser encontrados nos acervos do Sistema de Bibliotecas Públicas da Secretaria de Cultura e Economia Criativa e seus parceiros.



**ACERVOS
DIGITAIS**

https://beacons.ai/cdmam_sec

FALE CONOSCO

(92) 3090-6804

cdmam@cultura.am.gov.br

acervodigitalsec@gmail.com



**CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E
MEMÓRIA DA AMAZÔNIA - CDMAM**